

Aventura na selva enfrenta a dura realidade

Jari, o maior projeto rural do mundo, tem que abandonar o paternalismo para manter a competitividade

Chico Otavio

Enviado especial

• MONTE DOURADO (PA). Fruto do delírio de um magnata americano, que tentou domesticar uma área de selva do tamanho de metade da Bélgica, ele já foi o maior projeto rural do mundo controlado por uma só pessoa. Poucos temas causaram tanta polêmica no Brasil. Para os nacionalistas, representou o risco de internacionalização da Amazônia. Para os ecologistas, um desastre ambiental. Para os bancos, dor de cabeça. Hoje, 34 anos depois, o Projeto Jari, na divisa do Pará com o Amapá, continua de pé, mas luta para sobreviver. Para isso, os novos gestores estão adotando uma receita amarga: cortar os laços sociais com as comunidades surgidas ao redor. Eles alegam que era isso ou o fim da linha, o que jogaria mais de 70 mil pessoas num imenso vazio econômico no coração da floresta.

População da região depende do projeto

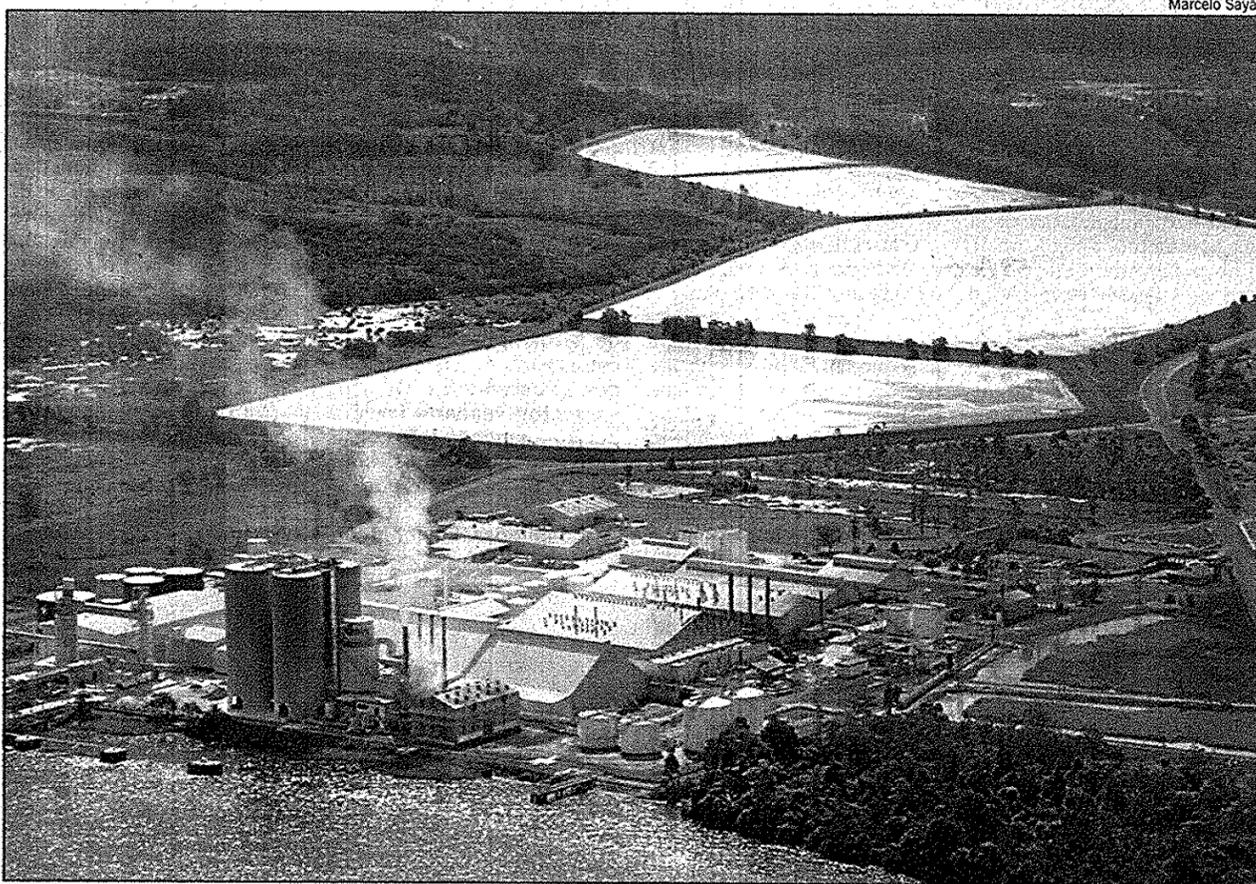
Desde que a aventura começou em 1967, pelas mãos de Daniel Ludwig, sempre foram profundos os laços de dependência da população com o projeto. Além de empregos diretos e benefícios às famílias dos funcionários, que incluíam até o fornecimento gratuito de luz, água e serviço médico, em três décadas o Jari fez também o papel de Estado, garantindo a iluminação das ruas de Monte Dourado, cidade que abriga a fábrica de celulose, conservando estradas vicinais, comprando de pequenos produtores e ensinando técnicas de cultivo.

A busca por algum tipo de renda fez explodir, ainda, na margem do Rio Jari oposta à fábrica, uma megafavela de palafitas, o Beiradão, hoje transformada em duas cidades (Laranjal do Jari e Vitória do Jari), com 50 mil pessoas.

Novos donos assumiram dívida de US\$ 415 milhões

Para reduzir os custos de produção e quitar as dívidas da empresa (US\$ 415 milhões), o Grupo Orsa, que assumiu o Jari no ano passado, iniciou um doloroso processo de mudanças para livrá-lo do estigma de uma aventura na selva. Para isso, está abandonando a vocação paternalista para buscar a eficiência e o lucro. Passou a cobrar a luz dos consumidores particulares e públicos, municipalizou o hospital, parou de conservar as estradas, vai cobrar a água e, o que mais afetou o vale, demitiu 300 funcionários.

— Produzíamos a celulose mais cara do mundo. Era impossível competir assim no mercado internacional. Tivemos de mudar nosso paradigma. Não havia outra saída — diz o diretor de Recursos Na-



Marcelo Sayão

PROJETO JARI: instalado nos anos 70 numa área de selva do tamanho de metade da Bélgica pelo delírio de um magnata americano

Um dos homens mais ricos do mundo

Daniel Ludwig tinha US\$ 25 bilhões e gastou US\$ 1 bilhão no projeto

• Com um patrimônio de US\$ 25 bilhões, o americano Daniel Keith Ludwig era um dos homens mais ricos do planeta, em 1966, quando foi convencido por Roberto Campos, então ministro do Planejamento, a investir no Brasil. No ano seguinte, certo de que o consumo de papel no mundo cresceria, adquiriu 1,6 milhão de hectares de terras no vale do Rio Jari, no Pará e no Amapá, para implantar o projeto.

Nesse verdadeiro enclave estrangeiro na Amazônia, Ludwig pretendia substituir a floresta tropical heterogênea pelo plantio de *Gmelina arborea*, espécie asiática usada na produção de celulose, que acabaria não se adaptando à região, sendo substituída pelo eucalipto.

O passo seguinte foi encomendar de um estaleiro japonês a fábrica pré-montada de celulose e uma termogeradora. O transporte das duas unidades, pesando 30 mil toneladas, foi feito por balsas em 1978. A impressionante travessia do Oceano Índico ao Atlântico durou quase dois meses, num total de 26 mil quilômetros até a Amazônia.



01-05-78

A FÁBRICA DE CELULOSE trazida do Japão por rebocadores, operação que durou 57 dias

Se Ludwig contou com o apoio do governo militar num primeiro momento, com o passar do tempo essa simpatia deu lugar às suspeitas, em razão de sua excessiva autonomia. Depois de ter torrado US\$ 1 bilhão no projeto, que também previa a produção de arroz, lucrando em troca apenas US\$ 70 milhões, o americano abandonou o Jari em 1980.

O projeto foi vendido a um inédito consórcio formado por 22 das maiores empresas privadas do país, tendo à frente o grupo Caemi, do empresário Augusto Trajano de Azevedo Antunes. Parte da dívida contraída por Ludwig no exterior foi assumida pelo Banco do Brasil, com o aval do BNDES. Nesse período, só houve lucro num ano.

turais e Negócios Fundiários da Jari Celulose (Jarcel), Rubens Francisco Tocci.

Foi a segunda vez na história que o projeto trocou de mãos. O Orsa, terceiro produtor de papel para embalagem do país, adquiriu a Jari após fechar um acordo com os credores (BNDES, Banco do Brasil e um consórcio formado por bancos privados). O pagamento da dívida, que compro-

meterá 80% do lucro da Jari durante 11 anos, foi acertado com base no preço internacional da celulose e na variação do custo de produção.

As mudanças não ocorrem em águas tranquilas. Ao chegar, o grupo enfrentou uma das maiores enchentes de Jari, que deixou centenas de desabrigados no antigo Beiradão. A empresa foi obrigada a doar duas toneladas de rou-

pas e medicamentos, além de abater cem búfalos do seu rebanho.

Em seguida, começaram as desgastantes negociações com sindicatos e autoridades. Até hoje, é difícil convencê-las a dividir com o Orsa o desafio de manter o sonho de Ludwig.

A celulose produzida pelo Jari é quase toda exportada. São 300 mil toneladas por ano,

vendidas principalmente para a comunidade europeia (60%) e Ásia (20%). Para cumprir as encomendas, um dos maiores problemas é garantir uma matriz confiável de energia, já que a única fonte é uma termelétrica obsoleta. A empresa negocia com o BNDES empréstimo de US\$ 150 milhões para a construção da hidrelétrica de Santo Antônio, capaz de assegurar-lhe energia permanen-

te e barata. Planeja ainda extrair madeira e apostar no retorno comercial dos búfalos.

Depois de adotar a receita amarga, o Grupo Orsa tenta mostrar agora que a fábrica aberta não é o único benefício que restou à região. Os novos gestores levaram para o Jari seu braço social, a Fundação Orsa, que já investe em seis projetos de assistência a 1.200 crianças. ■

Autoridades reagem às mudanças

• As mudanças conduzidas pelo Grupo Orsa no projeto Jari não encontram acolhida na região. As críticas unem o governador do Amapá, João Capiberibe (PSB), e os dirigentes do sindicato dos papeleiros. Capiberibe alega que o Jari nunca levou prosperidade, só problemas sociais para a região. Por isso, não tem direito de aumentar ainda mais o sofrimento dos moradores do entorno, principalmente das áreas pobres situadas no Amapá.

— Já se gastou tanto dinheiro público com o Jari que não cabe, agora, ficar usando o fantasma do fechamento para cortar benefícios — disse.

Capiberibe não quer mais contar com o projeto. Agora, ele aposta na construção de uma fábrica de beneficiamento da castanha na região para oferecer a seus habitantes outra opção econômica.

Já o presidente do Sindicato dos Papeleiros de Monte Dourado, Ivanildo Uchoa, reclama que a empresa está dispensando trabalhadores doentes e mutilados, além de terceirizar a prestação de serviços e atrair trabalhadores mais baratos do Maranhão:

— Em vez de investir em projetos sociais para as crianças, era melhor ajudar os pais delas, não os demitindo.

O vice-prefeito de Monte Dourado, Marivaldo Paes (PSB), mostrou-se preocupado principalmente com as comunidades rurais, que estariam isoladas depois que a Jari parou de conservar as estradas vicinais:

— Queremos empresas fortes. Mas não podemos concordar com o abandono das comunidades mais distantes.